

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 16 de fevereiro de 2022 - Ata n.º 7.

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “sob a proteção de Deus”, iniciou os trabalhos da **7.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Está dispensada a leitura da Ata. Na ausência do 1.º Secretário, Deputado Romanelli, farei a leitura das mensagens que chegaram a esta Casa.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagem: (Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.) Mensagem n.º 4/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 40/2022), que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto às instituições financeiras nacionais, públicas ou privadas para financiamento parcial da execução da obra de duplicação da PR-317 – trecho Iguaçu à Maringá.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 13/2022** da Defensoria Pública do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 37/2022) que concede revisão geral anual dos anos de 2020 e 2021, alterando as tabelas de vencimento básico e subsídio do quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná; **Ofício n.º 116/2022** da Procuradoria-Geral de Justiça/ Ministério Público Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 35/2022), que cria cargos no quadro de servidores do Ministério Público do Paraná, conforme específica, e adota outras providências; **Ofício n.º 117/2022** da Procuradoria-Geral de Justiça/ Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 36/2022), que dispõe, conforme específica, sobre os vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências; **Ofício n.º 3/2022** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 38/2022), que dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão, das gratificações, do auxílio-alimentação, do auxílio-creche e do auxílio-saúde no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao art. 37, inciso X da Constituição Federal; **Ofício n.º 147/2022** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 39/2022), que reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e funções dos servidores do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná; Projeto de Lei autuado sob o n.º 34/2022, da Comissão Executiva, que concede revisão geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como aos inativos e pensionistas; **Ofício n.º 208/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas ao Requerimento n.º 7373/2021, da Deputada Cantora Mara Lima; **Ofício n.º 183/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 7519/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 172/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 5882/2021, do Deputado Michele Caputo; **Ofício n.º 194/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 6976/2021, da Deputada Cristina Silvestri; **Ofício n.º 168/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 7498/2021, do Deputado Delegado Fernando Martins; **Ofício n.º 145/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 5485/2021, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 202/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 6363/2021, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 180/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 6722/2021, do Deputado Plauto Miró; **Ofício n.º 146/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 6737/2021, da Deputada Cristina Silvestri; **Ofício n.º 186/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimento n.º 6629/2021, do Deputado Rodrigo Estacho; **Ofício n.º 193/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 7358/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 205/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas ao Requerimento n.º 6406/2021, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 169/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 5250/2021, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 189/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2196/2019, do Deputado Marcel Micheletto; **Ofício n.º 160/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 6851/2021, do Deputado Requião Filho; **Ofício n.º 49/2022** da Secretaria Geral da Presidência desta Casa, em atendimento ao Ofício n.º 0206/2022/GS/SESA,

autorizando a realização de Audiência Pública, para apresentação do relatório do 3.º quadrimestre de 2021 da Secretaria de Estado da Saúde, no dia 8 de março do corrente ano, às 9 horas, na modalidade virtual.

Vamos aos pronunciamentos. Primeiro orador, Deputado Homero Marchese.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Homero Marchese; Galo; Tião Medeiros; e Michele Caputo.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, bom dia. A imprensa tocou, hoje de manhã, mais uma vez no assunto, Deputado Tercílio Turini, que há muito tem incomodado os paranaenses, que é a dificuldade de fazer documento de identidade, ou RG. As pessoas não conseguem agendar nos horários disponíveis no site do Governo. Os horários possíveis são curtos, esgotam-se rapidamente, de modo que muita gente está impossibilitada de fazer RG no Paraná. Isso acontece em todas as grandes cidades do Paraná. Lembro- me que o meu filho, que hoje tem cinco anos, mas quando ele foi fazer RG, ele não pôde fazer em Maringá, ele teve que fazer, se não me engano, em Floresta, ou outra cidade da região metropolitana, porque não havia vagas disponíveis em Maringá. Então, um grande transtorno, porque isso impede a pessoa de poder praticar determinados atos. E muitos cidadãos nos procuram, na qualidade de Deputado, pedindo providência em relação a isso. Alguns cidadãos, eleitores nossos, sempre muito críticos, por exemplo, Miguel, Natacha, Adriano, sempre nos cobrando posições. Só que nesse ponto temos atuado já há bastante tempo, e o Governo sabe disso. Faz pelo menos três anos que estamos tentando, Presidente, junto ao Governo do Estado, que o Governo do Estado faça um convênio com os registradores civis aqui do Estado do Paraná, que dominam completamente a tecnologia, tem fé pública, são fiscalizados pela Corregedoria do Tribunal de Justiça, portanto, são submetidos a uma fiscalização rigorosa, têm acesso a bancos de dados mais relevantes do que o do Estado do Paraná, em especial o da Receita Federal. O meu filho mesmo, que acabei de mencionar, ao nascer, saiu com CPF do hospital, porque havia lá um funcionário

do Registro Civil que entregou o documento para ele. E esses cartórios de registro civil tem pelo menos um cartório em cada cidade do Estado. E há três anos levamos ao Governo do Estado a proposta de fazer um convênio com os registradores civis, para que os próprios registradores civis emitissem o RG em cada cidade do Estado do Paraná. Até agora, infelizmente, isso não foi para frente, e é uma iniciativa que tem tudo a ver com a tentativa de modernização, de simplificação desse Governo, e esperamos que possa ser utilizada. Para que adquirir toda uma estrutura, adquirir equipamento, fazer concurso público, contratar um monte de gente, se a estrutura já está disponível e pode ser prestada com segurança e rapidez? Então, fica mais uma vez o nosso pedido para que isso aconteça. Ontem, Sr. Presidente, um segundo assunto que vou tratar, a Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou parte, sou membro, aprovou a constitucionalidade do Projeto de Lei que proíbe o passaporte sanitário no Estado do Paraná, e esse assunto certamente será trazido ao Plenário. O senhor, Presidente, certamente não se furtará trazer esse assunto à discussão de todos os Deputados, já que a maioria deles quer discutir esse assunto. Esse é um assunto bastante relevante e é um assunto que tem gerado bastante polêmica. Ontem estava refletindo em casa, e lendo as reflexões de alguém que me disse, Deputado Tercílio, que a reação à obrigatoriedade do passaporte sanitário lembraria muito a Revolta da Vacina, lá de 1904, quando Oswaldo Cruz, comandando o saneamento brasileiro, tendo à frente na época o Presidente Rodriguez Alves, obrigou a população a se inocular contra a varíola. O problema é que muita gente não se lembra como terminou a Revolta da Vacina. Essa obrigatoriedade, essa tentativa de fazer inclusive que os agentes de saúde entrassem nas casas das pessoas para inoculá-las, acabou com uma revolta popular, cujo efeito foi justamente o oposto que se buscava. A obrigatoriedade teve que ser suspensa, porque a maneira como foi feita gerou desconfiança na população. E olha que estávamos falando de uma vacina que já tinha décadas de existência, décadas de existência já havia a disponibilização da vacina da varíola. Aliás, a inoculação contra a varíola já era feita nos tempos da revolução americana. George Washington, ele inoculou todos os seus soldados. Isso

estamos falando de 1775, a partir de 1775, contra a varíola, pegando cepas mais fracas da doença. Portanto, Sr. Presidente, e peço um minuto para poder concluir o raciocínio... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Portanto, sob o pretexto de atingir um objetivo, queremos tomar cuidado para que ele não seja prejudicado. Já estamos vendo, infelizmente, redução no índice de vacinação de doenças que já estão erradicadas no Brasil e estamos correndo o risco de que elas voltem, sarampo, pólio, em especial, não sei o sarampo está erradicado, mas a pólio está erradicada, estamos correndo o risco por tratar às vezes de maneira incorreta desse assunto. Aliás, ontem recebi uma notícia, Deputado Marcio Pacheco, que uma turma da Universidade Federal do Paraná, que exige passaporte sanitário para frequentar as aulas, teve que suspender as aulas, porque um aluno, devidamente vacinado e comprovado, contaminou-se com o coronavírus. Ou seja, não funcionou a medida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Esta Presidência registra a presença na Casa do Sr. José Roberto das Neves, Vice-Presidente do Sindarspen; e de Vanderleia Pereira Leite, Diretora-Executiva do Sindarspen, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PODE): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora, Deputadas, você que nos assiste pela TV, colegas aqui da Assembleia, os senhores que estão nas galerias nos visitando, a nossa saudação em nome desta Casa. *Uma multa de R\$ 9 mil. Não, não, não, espera aí, uma multa de R\$ 12 mil. Não, não, não, é pouco, quero uma multa de R\$ 14 mil. Ah, me dá também a sua embarcação, a sua canoa, me dá o seu apetrecho aqui de pesca, que vou te ferrar, seu pescadorzinho. E se você achar ruim, tu vai para cadeia, cabra.* Pois é, até parece teatro, Deputado Arilson, mas não é não, é o que está acontecendo com os nossos pescadores do litoral paranaense. Vejam bem, vou contar uma

coisa para vocês, veja como é que é essa lei. Por exemplo, Santa Catarina vem para cá, para o nosso litoral, com embarcações poderosas, embarcações industriais, fazem a varredura na nossa costa e não são multados. Interessante isso. Os pescadores que fazem a pesca artesanal, profissional, que é do que eles vivem, para vender no mercado, o peixe que você come, eles estão sendo vilipendiados, surruiados dos seus direitos. Senão vejamos. Como assim? É. O camarão, por exemplo, ele só dá em uma faixa do nosso litoral onde é proibida a pesca. Você pode passar por aquela faixa, digamos assim, 500 metros, você passar por ali, mas você não pode pescar. Só que o camarão não dá, para frente, um pouquinho só, não tem mais o camarão. Como dizia aquele Odorico Paraguaçu: "Patrazmente, tem o camarão". Mas se pescar ali está multado: *Me dá a sua embarcação, e fique quieto senão você vai para a cadeia.* Então, senhoras e senhores, os pescadores do litoral pedem socorro. Quero fazer um apelo aqui ao Governo do Estado, do qual ainda continuo na Base. É necessário fazer, então, uma campanha de amor. Como amor? É. Senhor pescador, aqui é a polícia, seja qual for, não vamos te multar, não vamos regaçar o teu equipamento e não nem vamos de dar multa de 12 mil porque você não ganha nem para comer, praticamente, porque aquele que quer comer tem que ir para alto-mar se arriscar, e aí tem os navios lá. Mas como que São Paulo pode fazer arrasto na nossa costa, como que Santa Catarina pode fazer isso e não são multados? Por quê? Tentem multar, vamos chamar assim, os bacanas, tentem multar os bacanas. Não, esses jamais serão multados. Os pobres pescadores que saem para alto-mar e nem sempre conseguem pagar o *diesel*, a gasolina, seja o que for, daquilo que eles gastam para ir pescar. Faço um apelo ao Governo do Estado, faço um apelo aqui para o Ortega, para o Marcio Nunes, Ex.^{mo} Sr. Governador. Uma campanha... Primeiro, fala-se muito, e o Arilson é um especialista nisso, em redução fiscal, ou perdão fiscal, foge o nome, tem um negócio lá que tem que parar... renúncia fiscal. Será que dá para fazer uma *renunciazinha* para os pescadores? As multas são gigantes, senhoras e senhores. As multas aplicadas em pescadores nunca mais eles vão retirar as suas embarcações. E eles têm que fazer o quê? Clandestinidade. Um barco vai e fica olhando: *Lá vêm os homens!* Aí para,

Presidente, a pescaria. *Lá vêm os homens!* Eles não são ladrões. Sou um legítimo representante do meu litoral e estou aqui *dando a cara a tapa* para dizer: Ex.^{mo} Sr. Governador, por favor, pense em uma campanha em prol dos pescadores. Uma renúncia dessas multas que são altíssimas e que jamais eles poderão pagar. Em nome dos pescadores, por favor. Senhor Presidente, vida longa nessa sua elegância de sempre! E, hoje, o senhor foi duplo, não é? Foi Secretário, Presidente. Vida longa, queridão!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Galo, sempre é bom ouvi-lo. Próximo orador, Deputado Tião Medeiros.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PTB): Senhor Presidente, todos os Deputados que nos acompanham, a imprensa também, os profissionais da Casa, quero cumprimentar todos. Bom, julguei importante vir aqui hoje fazer um registro sobre um evento político que participei na data de ontem, na Câmara Municipal do município aqui da Região Metropolitana de Almirante Tamandaré, em que pude conversar com os Vereadores, todos estavam presentes, 15 Vereadores. Um município importante, um município com 130 anos de história, com 125 mil habitantes. Um município que tem inúmeras necessidades, desafios, como tantos outros. Mas ontem, na data de ontem, estive reunido com os Vereadores, todos eles, como disse, e pude, de maneira muito especial, atender a um convite do Presidente da Câmara, o Vereador Claudinho Zinho, também do Ferrugem, do Denys e do Rodrigo Pavoni, fazer uma prestação de contas do mandato e ouvir também algumas demandas daquela municipalidade, como, por exemplo, a Delegacia Cidadã, que está lá cheia de carros sendo entulhados, empilhados na frente, amontoados de maneira inadequada, causando um transtorno enorme. Também reclamações em relação à sinalização, enfim, uma série de reclamações, mas uma de maneira especial me fez vir aqui hoje. Uma de maneira muito particular me fez vir aqui hoje, e quero naturalmente fazer um pedido de informações ao Departamento de Estradas e Rodagem, ao DER, para compreender que medidas, que ações, que tomadas de decisões o DER vem agindo, vem tomando, no sentido de tentar buscar uma solução para o Trevo das

Amoreiras. A Rua das Amoreiras cruza a rodovia estadual, uma PR, que é o Contorno Norte, e ali é um local extremamente perigoso. Os relatos dos acidentes foram aos montes, vidas e mais vidas ficaram ali encerradas naquele trânsito, naquela travessa, naquele trevo construído de maneira inadequada, enfim. Por isso, o pedido encarecido daquela Câmara de Vereadores, audiências que já aconteceram, Audiências Públicas, também pedidos ao Governo do Estado, ao Governador, à Seil, ao DER, mas sem que tivesse sido ouvido ou retornado de maneira adequada. Por isso, a minha fala aqui hoje é no sentido de somar forças aqui na Assembleia e de ouvir o DER. O Furiatti que tem sido muito prestativo, muito competente, atuante, mas de compartilhar aqui na Assembleia a preocupação do Trevo das Amoreiras. E a necessidade é que seja feito um redutor de velocidade de maneira imediata e obviamente que em um segundo momento uma trincheira ou então um viaduto para que as pessoas possam cruzar de um lado para o outro daquela PR, daquele Contorno Norte, sem passar pela rodovia. E o município tenha aquela barreira natural, que passa a ser um ambiente extremamente arriscado, perigoso e, como relatado, muitas e muitas vidas se encerraram ali, de maneira trágica, de maneira inadequada, e ficamos sentidos por isso, e é preciso buscar uma solução. O que foi relatado é que o Estado não pode contratar redutores de velocidade, as lombadas eletrônicas de redução de velocidade. Queria entender por que não pode. A alegação é de que há uma proibição legal e por isso a nossa consulta vai acontecer, e quero protocolar o requerimento e pedir desde já o apoio dos Deputados, para que o DER possa nos informar qual é o impedimento legal que proíbe que o Estado faça a contratação de redutores de velocidade, de lombadas eletrônicas e também, no mesmo sentido, que soluções o DER vem planejando para que essa interseção junto ao Contorno Norte de Curitiba, essa PR possa ser solucionada de maneira terminativa, de maneira definitiva, sem que outras vidas tenham que ser sacrificadas naquela localidade. Quantas famílias, quantas histórias, quantas oportunidades que vão se encerrando por ali em razão de uma obra de infraestrutura que poderia ter acontecido e até agora, infelizmente, não aconteceu. Por isso, é a fala do dia de hoje. Também uma preocupação do transporte escolar muito grande. De maneira

especial, o Colégio Ecológico, que é uma entidade educacional filantrópica naquela municipalidade, que faz um grande trabalho, e essa foi outra preocupação trazida e que vamos trabalhar junto à Secretaria da Educação, também a Fundepar, em relação ao transporte. Era isso, Presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, pelo PSDB, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Bom dia, Presidente Traiano, Deputados e Deputadas, todos que nos assistem. Quero iniciar a minha fala me somando ao pleito feito agora pouco pelo Deputado, competente Deputado Tião Medeiros. Tenho uma representação, tenho Vereadores que me apoiam em Tamandaré, e essa questão é justíssima. Esperamos as providências necessárias. A segunda questão, não iria abordar, mas não tem como questionar a vacina. Uma coisa é questionar o passaporte sanitário como estratégia eficiente neste momento para evitar contágios, outra coisa é oportunizar essa discussão para voltar e tentar ressuscitar esse movimento antivacina, que não é novo, só mudou as pessoas que defendem que, aliás, é a minoria da população brasileira. Outra coisa é a pessoa exercer o direito de não se vacinar, que também respeito. Outra coisa é o direito coletivo e a obrigação que as autoridades de saúde pública deste País têm. Foi citado aí hoje Oswaldo Cruz. Oswaldo Cruz quase o mataram pela campanha da vacina. Quem controlou a varíola no mundo, que exterminou milhões de pessoas, foi a vacina, tanto que até hoje no CDC de Atlanta tem lá no *level nine*, que é o último, as cepas da varíola, caso se reintroduza, e que sabemos e esperamos que nunca mais aconteça. Em 2016, o Brasil recebeu a chancela de País livre do sarampo. Dois anos seguidos de baixa de cobertura, reintroduziu o sarampo no Brasil, inclusive com mortes. A vacina da febre amarela é exigida para viajar, já passei por isso, para dezenas de países. Vamos respeitar a vacina. Todas as vacinas que estão sendo utilizadas foram autorizadas por uma agência regulatória competente chamada Anvisa. Tem gente dizendo: *Mas por que tem estudo depois?* Tem estudo depois porque toda vacina tem, chama-se

fase quatro, farmacovigilância, tem para medicamento, tem para todas as vacinas já existentes e tem para essa da Covid também. Queria só concretizar a minha fala para fazer aí um apelo para o Governo, falei com o Líder hoje, fazer um apelo aos meus colegas. Foi aprovado hoje na Comissão de Segurança, parece-me que aprovado ontem também na CCJ, aquela mudança daquele erro de grafia que veio da lei lá no Governo para que os agentes penitenciários, já transformados por nós em policiais penais, de forma muito justa, possam receber o vale-alimentação. Obviamente, como votei em dezembro, voto favorável também porque há que se consertar esse erro que está prejudicando milhares de trabalhadores agentes penitenciários transformados em policiais penais. Agora, gente, mais uma vez, quero aproveitar este momento, tem aí o compromisso do Líder Hussein de irmos falar com o novo Chefe da Casa Civil. O Guto Silva sabe, já levei essa discussão lá. Tínhamos até alguns encaminhamentos que depois não aconteceram. Obviamente, não por culpa do Guto, que não tem como continuar penalizando toda hora e toda vez quase 450 servidores que trabalham no sistema prisional do Paraná, que estão lotados no Depen, que correm riscos, e tem dezenas e centenas de casos com relação a esses riscos à saúde e à vida que eles correm, que já ficaram de fora da composição do órgão da Polícia Penal. Eles nunca quiseram ser policiais penais, eles queriam fazer parte do órgão, já ficou de fora, passou. Agora, estão de fora do vale-alimentação. Isso é menos de R\$ 300 mil/mês, e é um quadro em extinção. Já eram quinhentos e pouco quando assumimos essas lutas, hoje são quatrocentos e pouco. Daqui a quatro anos, talvez, estejamos falando de meia dúzia, infelizmente. Então, por favor, gente, penalizar de novo um vale-alimentação não dá. Temos que, sabe, aí mudou de prédio um grupo perdeu gratificação, aí faz... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Michele, para concluir, por favor. O seu aplicativo...

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Concluindo, Presidente. E, agora, perdemos mais uma vez. Sou a favor de corrigir, vou votar a favor. Não deixo de apoiar “A” porque gostaria que “B” também se somasse ao “A”. Então, fica aqui o

meu voto favorável quando a matéria chegar, aquela correção de grafia para beneficiar os agentes penitenciários. Já tinham sido apoiados por nós e ficaram esse tempo aí sem, e fica esse pleito meu para que os demais profissionais possam também ser respeitados. Um abraço e obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Esta Presidência registra a presença dos Vereadores do município de Lindoeste, Sr. Douglas, Presidente da Câmara; e do Sr. Mateus Matias, Secretário de Agricultura, por solicitação do Deputado Marcio Pacheco. Sejam bem-vindos! Próximo orador, Deputado Delegado Jacovós.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Delegado Jacovós (PL); Tadeu Veneri (PT); Hussein Bakri (Governo); e Professor Lemos (Oposição).

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Bom dia a todos os nobres colegas Deputados e Deputadas. Bom dia a todos que nos assistem pela internet, pela *TV Assembleia*. Quero, já de início, somar-me, apoiando o pleito do Deputado Michele Caputo, muito justo, e todos os funcionários que trabalharam no Departamento Penitenciário, sejam os agentes, que já são policiais penais, precisamos andar com a Lei Orgânica do Departamento Penitenciário, como também os técnicos têm direito, sim, a vale-alimentação. É que quando chega lá na Secretaria da Fazenda eles trazem uns importados de outros Estados aí e chega lá e eles acham uma palavrinha para sacanear determinada categoria. Esta que é a grande verdade. Põe esse Secretário lá da Fazenda lá dentro do presídio e aí ele vai ver como é que é a situação lá dentro de um presídio, que já estive dentro de um presídio, já enfrentei não foi uma ou duas rebeliões não, na bala, no tiro, e sei como é entrar em um presídio e resolver situações, não é? Mas aí fica lá sentado atrás de uma escrivaninha lá e não sabe o que está acontecendo na realidade. Bom, o que me traz aqui hoje, vou tratar de vários assuntos, mas um assunto é sobre a Copel. Quero saber o seguinte da Liderança do Governo que está aí: Hoje, a Copel ainda é do povo paranaense? Ainda mandamos alguma

coisa nessa Copel? Porque o que está acontecendo aqui em Maringá e na região é uma vergonha! É uma vergonha! E o pior que não tem com quem falar, com quem reclamar. Está entendendo? Quer dizer, faltando luz aqui em vários bairros de Maringá em horário de pico, em horário de situações... calor está 38 graus, pessoas saindo de casa e colocando colchão na rua, porque não consegue ligar um ventilador, não é nem ar-condicionado, muita gente reclamando. E aí a imprensa de Maringá vai procurar a Copel aqui, tenho a reportagem gravada, chega lá o repórter fica uma hora esperando, ninguém quer falar, ninguém fala nada. Aí chega a Secretaria e fala assim para o repórter: *Oh, o senhor tem que mandar um e-mail para Curitiba, não sei onde que eles vão agendar entrevista com não sei quem.* Isso é uma vergonha. Não temos gerente na Copel de Maringá? Não temos subgerente, não temos um chefe lá que possa falar: *Olha, isso é um problema pontual, já estamos resolvendo. É um transformador que queimou, é não sei o que.* Não tem um santo para atender à imprensa e explicar o que está acontecendo. Aí é reclamação de Astorga, reclamação de Paiçandu, é de Mandaguaçu, é de too mundo. Aí eles falam que tem que ligar em um tal de 0800. Esse 0800, parece-me, você só tem acesso por telefone fixo, por celular não consegue falar. Está entendendo? Então, assim, fecharam aqui em Sarandi uma cidade de 120 mil habitantes, fecharam o escritório da Copel sem avisar ninguém. Aí uma cidade de 120 mil habitantes vai reclamar para quem? Participo aqui de um programa noticioso de manhã aqui em Maringá, falamos da situação da Copel, 120 reclamações em 15 minutos. Se o Líder do Governo quiser, posso mandar todas, os áudios inclusive, para a Liderança do Governo. Aí pergunto: o povo paranaense ainda detém algum poder sobre a Copel? Quem está comandando a Copel no Paraná? Onde o gerente aqui em Maringá não consegue dar uma entrevista. Se o cara não é competente para dar uma entrevista, o que ele está fazendo na Copel aqui? Até meu papagaio aqui, porque estou em casa, o meu papagaio está *metendo o cacete* na Copel. Está entendendo, ele tá: *Oh, Copel, não funciona.* Olha, pessoal, também faço parte da Base do Governo, mas tem hora que as coisas não têm cabimento. Olha, em novembro o Deputado Douglas Fabrício subiu à tribuna para falar que demoraram cinco horas para atender a uma

situação o IML lá região de Campo Mourão. Marcou reunião com o Secretário de Segurança. Um corpo de um trabalhador estendido lá durante cinco horas, porque o IML não pode atender, porque o chefe do IML aí de Curitiba baixou uma portaria dizendo o seguinte: *Oh, primeiro a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária vai ao local e faz o atendimento.* Está certo. Está no Código de Processo Penal. Não discuto. Só que se a Polícia demorar cinco horas para chegar lá e a Polícia Rodoviária demorar mais cinco, o corpo vai ficar estendido lá por cinco horas. Aí depois que a Polícia Civil, a Polícia Militar liberarem, ou a Polícia Rodoviária Federal, aí tem que ligar para Curitiba para autorizar que desloquem a viatura do IML para retirar o corpo. Há 15 dias ocorreu aqui em Maringá novamente. Falei com o Ortega. O Douglas Fabrício foi lá e se reuniu com o Secretário de Segurança. Adianta se reunir com o Secretário de Segurança se ele é uma rainha da Inglaterra? Ele não tem controle sobre a Polícia Civil, não tem controle sobre a Polícia Militar, não tem controle sobre o IML. Não sei o que esse homem está fazendo lá. E depois quando o Fruet vem aqui e fala, respeito as pessoas, mas não posso deixar de falar da incompetência das pessoas. Então, por favor, estive lá falando com o Ortega essa situação da Copel. Pessoal, alguém precisa responder. Agora, se um repórter precisa mandar um e-mail para Curitiba para alguém responder pela Copel, o que está acontecendo, pessoal? Preciso que a Liderança me responda. Outra coisa, ontem o Tião Medeiros falou de 60 dias para responder. A Liderança pede assim: *Olha, não faça o requerimento, mande como forma de solicitação e tal.* Fiz uma solicitação para Tecpar para resolver problemas da Polícia Civil, porque o sistema da Polícia Civil cai todo dia. O Delegado está fazendo um flagrante, ele tem que parar de fazer o flagrante, porque cai o sistema. Ele não consegue mandar o flagrante para o fórum, porque o sistema cai. Fiz um requerimento à Tecpar, que recebe bem para isso. Não responderam o requerimento. Fica lá parado mais de 60 dias. Então, assim, agora não vou mais fazer ofício, solicitação. Vou pedir que o meu requerimento seja votado na Assembleia Legislativa. Se o Governo quiser, que derrote o meu requerimento. Pelo menos tem um prazo para atender. Desculpem-me, mas não nos atendem em dia, a Assembleia Legislativa do Paraná, que dizer, ia falar uma palavra aqui

que não vou falar. Estão se lixando para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Então, é uma vergonha. Com todo o respeito, precisa colocar direções aí. Então, assim, desculpem-me, são absurdos que acontecem. Com relação ao projeto da vacina. Não é projeto da vacina. É projeto de anti-idiotices, cretinices, baboseiras de pessoas que tomam medidas administrativas. Se você quer conhecer uma pessoa dá para ele o poder. Aí vai lá um diretor do colégio e diz: *Você não pode se matricular aqui se não tiver carteirinha provando que você se vacinou.* Aí o aluno fica sem matrícula. Aí é um Reitor de Universidade, um Conselho Universitário. Isso aí são idiotices. Onde que está na legislação federal que você é obrigado a se vacinar? Onde está escrito isso? Tem alguma lei? Então, vejam bem, não sou contra a vacina. Sou muito a favor. Tomei três doses. Tomo quarta, tomo a quinta dose. Todo final de semana tomo mais de cinco doses. Agora, não aceito esse autoritarismo obrigando pessoas a apresentar uma carteirinha para se vacinar. Então, assim, as pessoas que estão falando: *Sou contra o projeto tal.* Pessoal, leiam o Projeto. Onde somos contra a vacina? Não sejam desonestos intelectualmente. Vocês querem votar contra? Votem. Agora, expliquem o que está escrito no Projeto. Somos contra arbitrariedades, sacanagens, idiotices, cretinices. Somos contra isso, ok? Sejam honestos intelectualmente. Leiam o Projeto. Agora, querer me taxar de negacionista, aí não vai dar certo. Não vai dar certo, não aceito. O que estamos dizendo é o seguinte: tem que ter regras. Aqui em Maringá, por exemplo, jogo do Maringá Futebol Clube, o cara me procurou, ele falou que foi na bilheteria comprar um ingresso. Lá não está escrito que se ele não tivesse a carteirinha ele não podia entrar. Foi para entrar no estádio: *O senhor está vacinado? Ah, não. Ah, então não pode entrar.* Aí o primo dele que já estava dentro do estádio, jogou a carteira de vacinação, ele pegou a carteira do lado de fora e entrou do mesmo jeito. O que adianta ter carteira de vacinação, se eles não comprovam, pessoal, se aquela pessoa que está com a carteirinha é aquela pessoa mesmo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Bom, estou falando que estou aqui em casa e o meu papagaio aqui, ele também está concordando com tudo que falo. Fala todo mundo fala, até papagaio. O meu fala aqui. Ele me segue o que estou falando. Agora, preciso que seja resolvido esse problema da Copel, da Tecpar e que os requerimentos nossos sejam respondidos em dia. Respeitem os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, pelo PT, Deputado Tadeu. Antes disso, registro a presença aqui, do município de Terra Roxa, da Sr.^a Maristela Paslauski; do Vice-Presidente da Câmara, Luiz Carlos Moura; e de Helinton Rogério Marques, Marcos Paulo Alves e Aparecida Lourenço da Silva, 1.^a Secretária da Câmara, por solicitação dos Deputados Gugu Bueno, Paulo Litro e Nelson Justus. Sejam bem-vindos. Da mesma forma, do Sr. Kiko Finato, Ex-Vereador do município de Terra Roxa, nosso amigo lá de Francisco Beltrão, também por solicitação desta Presidência; e dos Vereadores de Francisco Beltrão, Anildo Krug, Vice-Presidente da Câmara, Rodrigo Inhoalto, Dile Tonello e Cidão, também por solicitação desta Presidência; do Vereador de Campo Largo, Genésio da Vital, acompanhado dos assessores Henrique e Fábio Oliveira, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Sejam bem-vindos. *Pela ordem*, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Presidente, aproveitando a fala do Deputado Jacovós, também queria solicitar que tenho 19 pedidos de informação, requerimentos, maior parte deles transformados, a pedido da Liderança, estão atrasados há mais de 60 dias. E, o mais antigo, para você terem uma ideia, está atrasado 280 dias. Então, também gostaria de reforçar essa cobrança aos requerimentos. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada Mabel, vou encaminhar ao Líder do Governo. Na verdade, envio de expediente não tem prazo regimental, mas o Líder se manifesta aqui que vai lhe encaminhar a resposta com a maior rapidez possível. Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Antes de iniciar, só quero fazer aqui uma constatação de como as coisas mudam, ou pelo menos aparentemente mudam. Hoje vejo uma fotografia, falei aqui com o Presidente do Partido dos Trabalhadores, vejo uma fotografia, na parte da manhã, Deputado Pacheco, que me surpreendeu. O Presidente Jair Bolsonaro, que está na Rússia, foi declarar apoio e solidariedade ao Presidente Putin, em uma disputa que não tem nada a ver com território, com guerra, essa bobagem toda que o Ocidente está falando e, sim, com gasoduto que está sendo construído e que leva gás para Alemanha e possibilita à Europa, inclusive, de ter um combustível mais barato e mais limpo. É por isso, inclusive, que parte de toda essa confusão está acontecendo, sabemos disso, mas o que me surpreendeu hoje não é a visita do Presidente Jair Bolsonaro à Rússia e, sim, a homenagem – claro que deveria ser feita – mas para quem falou tanto tempo contra o comunismo, os comunistas e as baboseiras toda que ouvimos nesses últimos anos, Deputado Hussein, de repente está lá o Sr. Jair Bolsonaro, com aquele casacão preto, fazendo uma homenagem aos soldados comunistas mortos na Segunda Guerra Mundial que combateram o nazismo. Tenho a impressão de que alguns dos seus seguidores hoje estão urgentemente procurando um psiquiatra, porque as coisas *viram de ponta cabeça* na lógica daqueles que sempre trabalharam achando que estavam combatendo os comunistas. Lembro um tempo atrás, Deputado Hussein, obviamente que isso não se refere ao senhor, que nas ruas as pessoas saíam com camisa vermelha, de qualquer coisa vermelha saíam correndo atrás dizendo que eram os comunistas, os comunistas, os comunistas. Os comunistas estavam aqui do lado, iam invadir via Venezuela, iam invadir o Brasil via Paraguai, Venezuela, Uruguai, qualquer coisa dessa. Então, para aquelas pessoas, acho que nada como o tempo. O tempo mostra que, às vezes, aquilo que estamos vendo naquele momento não é exatamente aquilo que está acontecendo. Mas venho à tribuna, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, porque estamos, como já falei dias atrás, atravessando uma das mais severas crises na agricultura familiar, se não a mais severa, por conta da estiagem. Uma estiagem prolongada que entra no seu terceiro ano e que atinge Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Tivemos já, duas ou três vezes, a Deputada Luciana Rafagnin que é presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar e do Bloco da Agricultura Familiar com o Secretário Ortigara, à época que o Chefe da Casa Civil era o Deputado Guto Silva, estive com o Deputado Guto Silva, com a Deputada Luciana, com o Deputado Lemos e outros Deputados, sempre pedindo medidas para que pudessem ser minimizados os efeitos dessa crise que é devastadora na agricultura do Paraná. Talvez, não para o agronegócio. Esse que se beneficia da dolarização que faz com que tenhamos uma megaprodução de soja; que os recursos, inclusive, da venda da soja, muitas vezes, não fiquem no Brasil, até porque são feitos por grandes trades; que esses mesmos megaprodutores, que hoje são 2% dos produtores rurais e que têm 50% das terras, eles não têm sofrido as mesmas consequências da estiagem, ainda que estejam sofrendo, porque há outros mecanismos, Professor Tercílio, para se proteger. Tem o seguro agrícola, tem outras formas de buscar recursos. Estão mudando, em alguns casos, sua produção. Agora, o pequeno produtor, aquele que tem dois, três, quatro alqueires de terra, cinco alqueires de terra, que são 80% deles responsáveis pela alimentação no Brasil, pelo arroz, pelo feijão, pela batata, esses estão sofrendo e vão sofrer mais ainda, porque estão, Deputado Homero, perdendo as suas terras. O senhor que é de uma região produtora, ainda que haja também agronegócio bastante forte na sua região, Maringá, mas o senhor sabe que aqui na região Centro-Sul e na região Centro do Paraná e uma parte da região Oeste, a pequena produção agrícola, aquela que produz ovos, produz frango, produz suíno, produz leite, está entrando em colapso. Falei dias atrás com um produtor de leite e ele falou que está vendendo todas as matrizes, todas as matrizes para pagar o banco para não perder a terra. Há pessoas que estão perdendo as suas matrizes suínas porque custa R\$ 8,00 para produzir o quilo do suíno e ele recebe R\$ 4,00 quando vende. Então, é preciso nesta hora que o Estado seja, de fato, o Estado. Aquele que tem o papel, ainda que tenhamos visões diferentes, sei que o Deputado Homero é um liberal, mas mesmo sendo liberal há de convir que nessa hora o Estado tem que fazer a sua intervenção para que a economia não entre em colapso. Somos um Estado rural, mas não somos Estado absolutamente produtor

exclusivamente de *commodities* de soja e milho ou de cana de açúcar e celulose. Tivemos algumas situações, e falei ao Deputado Chefe da Casa Civil, à época Guto Silva, que o PNAE deste ano para o ano que vem e para este ano, Deputado Lemos, está fazendo uma compra menor, com valores menores, com menos produtos e ainda faz aquela sinalização de privatizar a merenda escolar. Isso irá inviabilizar a agricultura familiar, irá inviabilizar a agricultura do pequeno produtor rural, irá inviabilizar, Deputado Hussein, toda a região de União da Vitória, Palmas, toda a região de Iratí, toda a região Centro-Sul. Irá inviabilizar! E aqui, obviamente, que não venho como incendiário nem como bombeiro, mas venho como alguém que alerta. Sabemos que o Secretário Ortigara, e, agora, o Chefe da Casa Civil, tem conhecimento da situação, mas não basta ter conhecimento, é preciso que tenhamos um plano emergencial de apoio ao pequeno produtor rural do Estado do Paraná. Como Santa Catarina já cogita fazer, como Rio Grande do Sul já cogita fazer, está mandando, que mande o Governador Carlos Massa, que conhece a agricultura do Paraná, mande urgentemente para cá uma medida para que não tenhamos uma crise semelhante ao que foi com a cafeicultura, na década de 70, quando perdemos centenas de milhares de propriedades, pequenas propriedades, desde Santo Antônio da Platina até Paranavaí. E tivemos um êxodo rural como nunca tivemos na nossa história, com milhões de pessoas deixando as suas propriedades, cidades que hoje têm 5 mil, 10 mil habitantes e que tinham 30, 40, 50 mil habitantes. Não podemos viver isso porque o Sudoeste não pode sofrer, o Centro-Sul, o Oeste do Paraná, não pode sofrer as consequências climáticas que não foram muitas vezes provocadas por essas pessoas. É preciso que se faça um programa de pagamento por serviço ambiental. Temos um Projeto que iremos apresentar aqui, na Assembleia, porque já há esta lei, mas é preciso que ela seja regularizada. É preciso que façamos com que aqueles milhões de reais, ou bilhões, que a Sanepar tem, sejam utilizados para que sejam pagas as pessoas que fazem a proteção das nascentes. É preciso todo um projeto de recuperação, Deputada Maria Victória, das margens dos rios, que hoje por conta dessa situação do “surgilismo”, acabam sendo devastadas as margens dos rios com as suas matas ciliares para que se plante soja até na beirada do rio. E o Governo pode

fazer isso! E quando digo que pode fazer isso é porque o Governo está fazendo, neste ano, 15 bilhões de isenção fiscal; 15 bilhões de isenção fiscal! Oito bilhões e meio para o agronegócio, 8,5 bilhões para o agronegócio! E aí perguntamos: 8,5 bilhões para o agronegócio significa para quem? É para a dona Maria e para o seu José que têm três alqueires de terra, que têm um pouco de erva-mate, que têm um pouco de frango, que consegue sobreviver às custas de meia dúzia de vaca de leite ou é para aqueles que estão nas grandes cooperativas comprarem tratores, comprarem equipamentos, comprarem caminhões e exportarem soja que não fica um real conosco? Ou é para fazer programas como é o Programa Puma, que é importante, mas o projeto Puma recebeu 8,5 bilhões do BNDS. Para quem não sabe, é o projeto da Klabin, que a Klabin sozinha tem mais de 240 mil, 240 mil alqueires de terra no Paraná. Se for para isso, fecha o Estado, porque vamos ter uma crise sem precedentes nos próximos anos. Vamos ter centenas de milhares de pessoas vindo para as grandes cidades e cidades médias. E aí não adianta fazer programa emergencial de cesta básica, não adianta fazer programa emergencial de casa popular, não adianta aumentar a segurança para matar essas pessoas porque elas vêm pra cá e se marginalizam muitas vezes, porque perdem seu enraizamento com a terra. Não adianta criminalizar o MST porque vai fazer ocupação de terra, porque agora que pode ser feito alguma coisa, o Governador Ratinho continua mudo, calado e comemorando aniversário de seu pai. Tem todo o direito de fazer isso, mas, Governador, o pouco que lhe conheço, pouquíssimo, falei com o Governador apenas quando era Deputado, faço um apelo: a agricultura familiar camponesa no Paraná não pode morrer... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Tadeu, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): ... porque se deixarmos, se o Estado deixar que a agricultura camponesa, que a pequena produção agrícola, que os responsáveis por 90%, 80% da alimentação que chega às nossas mesas, deixar que morra sem um programa emergencial, sem que tenhamos uma dilação

inclusive de crédito de cinco, dez anos, essas pessoas vão perder terra; essas pessoas vão perder suas relações familiares; essas pessoas vão perder a sua história, mas essas pessoas não vão desaparecer. Vão cobrar a fatura aqui, dos Deputados, do Governador, dos Secretários. Então, Governador Ratinho, fica o apelo: urgente, urgente, para ontem, manda um Projeto para esta Casa para que a agricultura, o pequeno produtor não seja penalizado mais do que está sendo castigado pela seca. E esperamos que isso aconteça para não termos uma tragédia no Estado do Paraná. Obrigado, Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Registrarmos a presença nesta Casa dos Vereadores do município de Nova Santa Rosa, Sr.^a Maria Ester Philippsen Baumann e Sr. Dolivan Douglas Lauxen, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Obrigado pelas presenças. Registrarmos também a presença do Sr. Rodrigo Fontoura, Diretor Executivo do Sindarspen. Registrarmos ainda a presença dos Vereadores do município de Iracema do Oeste, Sr. Calei Machado e Sr. Cristiano Barroso, por solicitação do Deputado Marcio Pacheco. Obrigado pelas presenças. Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, daqui a pouco vou responder ao Deputado Jacovós, com toda a tranquilidade, mas já adianto que estou muito chateado. É meu direito, e vou explicar por que, a seguir, mas muito chateado, e não é pouco. Quero manifestar aqui, a todos os colegas, o meu contentamento, parabenizá-los, porque é uma luta de todos na Casa. Foi alvo de discussões aqui, está definida a manutenção do porte das escolas. Muitas vezes esses discursos que ocorrem aqui não são em vão. Alguns criticam, dizem que o Governo toma providências, sim! A nossa palavra ecoa lá fora, sim, meus amigos. Está aqui, está mantida, oficialmente mantido o porte das escolas. O papel desta Casa é fundamental no dia a dia do povo do Paraná. Quero ressaltar que todos vocês aqui, e aí não tem cor partidária, todos fizemos esse movimento e está confirmado. Trago, em primeira mão, essa notícia para vocês, que ela é alvissareira, ela é importante para a manutenção das nossas escolas. Quero

também manifestar, aqui, vejo aqui policiais penais e quero contar para vocês que temos duas boas notícias nesse Projeto, que, aliás, a Oposição, inclusive, abriu mão de instrumentos regimentais que poderiam até atrasar. A primeira delas, vejo policiais penais, vão receber este mês ainda o vale-alimentação. Graças a quem? À Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Sr. Presidente Ademar Traiano. Esta Assembleia, Sr. Vice-Presidente, que tem prestado serviços relevantes ao Estado do Paraná e nem sempre é reconhecida. Os policiais penais vão receber o vale-alimentação este mês ainda. E mais: guardas municipais do Paraná inteiro estarão incluídos nesse Projeto no Conselho Estadual de Segurança Pública. Isso faz parte de uma luta de muitos e muitos anos dos guardas municipais do Estado do Paraná. Portanto, obrigado, Sr.^s Deputados. Parabéns a todos aqui e espero que possamos finalizar esse Projeto. Nele tem, um Projeto só consta essa prerrogativa da inclusão dos guardas municipais, e, também, nesse Projeto, prevê essa emenda que muda a denominação para policiais penais. Fiz parte do Legislativo quando tinha 21 anos de idade, era Vereador em União da Vitória. Fui Prefeito, reeleito. Em qualquer Casa, Deputado Boca Aberta, inclusive de alguns que fazem parte da nossa Oposição, sempre foi assim: tem os Deputados da Base e da Oposição. Sempre foi assim em qualquer lugar do mundo. E o que acontece? Em determinados momentos, já vivi isso, os Deputados da Oposição têm seus requerimentos rejeitados, peremptoriamente rejeitados, alguns nem analisados sequer. O que fizemos aqui? Fizemos uma tentativa de construção, grande parte deles foi respondida, mostrando a democracia desta Casa. Alguns requerimentos mais pesados estamos procurando aprovar todos, para construir. Agora, em um montante de quanto, Vilela, mais de 500 indicações que têm? Evidente que vai faltar alguns. Claro! Dezoito, 19, 20, e vou correr atrás, claro que vou correr atrás porque é minha obrigação. Vou, vou correr atrás e vou trazer resposta de todos. Agora, por favor, por favor, vocês preferem que rejeite aqui? É um instrumento que é possível, mas não quero fazer isso, porque acho que a democracia precisa respeitar todos quem fazem parte aqui dentro, maioria, minoria. Agora, não consigo fazer com que todos estejam aqui. Faltam 19 da Deputada Mabel, vamos atrás, é um direito dela. Inclusive peço ajuda para a minha equipe correr atrás e

trazer as respostas. Não tem o que esconder. Agora, quanto ao Deputado Jacovós, não sei se aquele Jacovós que estava lá, na tribuna, falando, é o mesmo Jacovós que me manda mensagem 6 horas da manhã pedindo para intervir em algumas situações. Intervi em várias situações que ele pediu. Ajudei a resolver os problemas com a maior boa vontade, com o maior carinho, com a maior dedicação como Líder do Governo. E digo mais: o senhor pode continuar fazendo isso. O senhor tem um amigo aqui. Amigo do senhor desde que o senhor foi delegado em União da Vitória. O senhor está no seu direito de fazer manifestação aqui, cobrar. O senhor me citou várias vezes durante o discurso como se eu não desse resposta. Meu Deus do céu, todos os colegas sabem, que fazem parte da Base, não é, Galo? Quantas vezes que recebi mensagem 6 horas da manhã, gente? Não é justo isso comigo. Talvez mais alguns dias eu deixe aqui a Casa. Quero sair com amizade, com carinho, com respeito de cada um, mas não mereço. Não mereço, porque nunca deixei de responder a um colega aqui; nunca deixei de dar um retorno para alguém aqui dentro em meu nome, em nome do Governo. Portanto, esse é o motivo de estar chateado. Não aceito! Quantas intervenções, não quero citar aqui para não faltar com a ética, que fui procurado pelo Deputado Jacovós e dei a resposta, inclusive ele me parabenizou no grupo pela resposta. Deputado Jacovós, o meu celular está à sua disposição. Pode mandar 6 horas da manhã mensagem, 7, 8, 9, 10, meia-noite, 1 hora da manhã, porque é minha obrigação! Enquanto estiver aqui, vou atendê-lo, porque o senhor é um Deputado competente, o senhor é um Deputado que luta, sim, por suas causas. E quanto à Copel, vou dar uma sugestão para o senhor. O senhor é Deputado, tem muito respeito dentro do Governo. Existe uma diretoria de distribuição, o senhor tem as portas abertas. Da mesma forma o senhor pode contar comigo, porque de fato existem problemas que precisam ser resolvidos, e pode contar comigo. É necessário, em alguns lugares precisa de uma intervenção, de uma cobrança, para que possamos melhorar os serviços. E, para finalizar, gostaria, então, de me colocar à disposição de todos os colegas, aqueles que precisarem continuem mantendo e vou tentar fazer com que o Governo coloque em dia, recebo informação de que não chegam a 30 os requerimentos que ainda faltam, no

volume que temos é um volume ainda respeitável, mas não é assustador. Vocês podem contar comigo. Tenho a humildade de dizer: desculpem as possíveis falhas que posso ter aqui, mas dei tudo de mim. Estou dando tudo de mim, e, acima de tudo, respeito os colegas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Registramos a presença nesta Casa do Sr. Israel de Oliveira Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinhão, acompanhado dos Sr.^s Adilson e Marcelo, por solicitação do Deputado Arilson Chiorato. Obrigado pelas presenças. Voltem sempre. Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Professor Lemos. Som para o orador.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente... Deputado Lemos, permita-me?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Por gentileza.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pois não.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Até para que não deixemos passar, sei que todos estamos hoje com várias tarefas. Quero registrar porque conheço, o Deputado Lemos conhece, o Arilson conhece, infelizmente hoje tivemos o falecimento da Sandra, Assessora da Vereadora que o senhor conhece, da Vereadora Lenir. Ela sofreu um acidente no último final de semana, foi atropelada, e veio a falecer hoje de manhã. O senhor a conhece, chamava de japonesinha porque ela é descendente de japoneses, faleceu hoje. Uma pessoa muito querida, foi uma parceira muito grande e uma companheira da Lenir, que deve estar muito triste. Mas são essas coisas que não temos explicação. Em uma caminhada na área rural de Londrina, um carro com uma pessoa que tem menos de 18 anos, perdeu o controle e atropelou. Ela foi para o hospital e hoje veio a falecer. Então,

fica o registro. A Sandra sempre estará presente conosco. Desculpe-me, Professor Lemos, mas acho necessário que façamos esse registro em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Obrigado, Deputado Tadeu. Lamentamos o fato. Quem pediu *pela ordem*? Deputado Lemos, apenas vamos dar a palavra, *pela ordem*, para o Deputado Jacovós. Vamos recompor o tempo de Vossa Excelência. Com a palavra, *pela ordem*, Deputado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): É o seguinte, o Líder do Governo Hussein Bakri está obnubilado. Em nenhum momento deixei de elogiar o Líder. Apenas cobrei do Líder coisas que órgãos do Governo não estão executando. Citei a Copel, citei a Tecpar, citei os nossos requerimentos que não estão sendo atendidos no prazo de 30 dias. Por isso, disse que nos meus próximos requerimentos, prefiro que o meu requerimento seja derrotado na tribuna da Assembleia, do que mandar em forma de envio de expediente e não ser atendido. Aqui, não tem nenhum *trouxa*, não. Então, prefiro ser derrotado na tribuna, ok? Assim, continuo elogiando o Líder, um homem trabalhador. Inclusive, acho que o Governo poderia deixá-lo na Assembleia Legislativa como Líder. Basta o Governo fazer um remanejamento e deixar o Hussein como Líder. Eu o defendo, agora, não venha brigar aqui não... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Jacovós, pedir a compreensão de Vossa Excelência, porque está fazendo um pronunciamento e então não cabe *pela ordem*. Com a palavra o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que cumprimento a nossa população que acompanha esta Sessão. Quero cumprimentar também quem nos honra com suas presenças aqui na Assembleia Legislativa, nesta manhã de quarta-feira. Senhor Presidente, estamos com vários agricultores e agricultoras da agricultura familiar mobilizados no dia de hoje, em vários municípios do Estado do Paraná. Mobilizados por conta dessa seca, que trouxe

muito prejuízo ao nosso Estado. Trouxe prejuízo a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e outros estados. Fizemos assembleia, mais do que uma assembleia, com os quatro estados: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Na última assembleia que participei, tínhamos mais de 700 lideranças dos quatro estados e o prejuízo é muito grande. Essa estiagem precisa ser avaliada com mais profundidade pelo Governo Federal, pelo Governo dos estados aqui, no caso, pelo Governo do Estado do Paraná e também pelos Governos Municipais. É preciso proteger a nossa agricultura familiar. Os agricultores e agricultoras estão pedindo socorro e não por acaso. Essa crise hídrica fez um estrago muito grande. O poder público pode e deve socorrer os nossos agricultores e agricultoras, que estão precisando de proteção neste momento. Soma-se aí a pandemia, que também trouxe prejuízos aos agricultores e agricultoras familiares, que não receberam até agora nenhuma ajuda de custo, muito embora tenha sido aprovado no Congresso Nacional duas leis e as duas leis aprovadas o Presidente da República vetou. Essa última aprovada o Congresso derrubou o veto e é preciso que seja implementada. Então, estamos acompanhando, dando todo o apoio a essa luta, porque a causa é justa. O Estado do Paraná pode e deve agir. Estivemos com as lideranças da agricultura familiar, em várias reuniões, com o Secretário da Agricultura. Foi entregue a ele, então, um documento assinado por todas as entidades com as reivindicações, que são possíveis de serem atendidas pelo Governo do Estado do Paraná. Aí, claro, o apelo também para que o Governo Federal faça a sua parte. E um apelo aos municípios para que também, na medida da possibilidade de cada município, entrem em ação para socorrer os nossos agricultores e agricultoras, que passam por dificuldades e não podem ficar desassistidos. Também quero aqui, Deputado Hussein Bakri, falar da importância de manter o porte, inclusive, até ampliar o porte em alguns casos, porque o porte das escolas não pode ser baseado só no número de alunos matriculados. É preciso verificar o tamanho do prédio. É preciso verificar se esse prédio está construído em área que tem asfalto ou não tem asfalto. Então, é muito importante observar mais do que um critério para determinado porte das escolas. Já fizemos um estudo no passado e ficou

demonstrado que o porte aqui no Paraná é insuficiente. O número de funcionários para as escolas é insuficiente há muito tempo, então, precisa ser revisto para aumentar. E não é essa proposta que estava sendo ventilada, a partir de março, para reduzir o número de funcionários nas escolas. Quero aqui dizer ao Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, que acolheu essa justa reivindicação das escolas, essa justa reivindicação que também veio da APP-Sindicato, que hoje traz essa notícia de que o porte será mantido, não haverá redução, então, do número de funcionários, de pedagogos e pedagogas nas nossas escolas. Quero, Deputado Hussein Bakri, Presidente da Comissão de Educação e Líder do Governo, pedir a atenção de Vossa Excelência para um tema que está preocupando muito. Vou ler aqui, Deputados, um documento que me chegou ontem do Edmar Barbosa Moreira, de Cascavel. Ele é pai de dois estudantes do ensino médio. Ocorre que o novo ensino médio proposto pelo Secretário da Educação, com uma nova matriz curricular, tem seis aulas. E o ensino fundamental, que vai do sexto ao nono ano, responsabilidade do Estado, tem cinco aulas. E o ensino de primeiro ao quinto ano, que é responsabilidade dos municípios, também são cinco aulas, equivalente a cinco aulas. Qual é a reclamação desse pai, onde os alunos são oriundos da zona rural de Cascavel, lá da região de Rio do Salto? O que reclama o Edmar? Reclama que as aulas do ensino médio para os seus filhos se estendem até as 12h25min, porque tem a sexta aula. Os alunos do fundamental têm cinco aulas, então, termina às 11h45. O ônibus do transporte escolar vai embora, não espera a sexta aula e os alunos da sexta aula ficam sem ônibus. Os pais estão tendo que ir à cidade para buscar os filhos. E os pais não têm como fazer esse transporte. Então, isso está errado. O Secretário da Educação precisa resolver isso, porque foi ele que propôs essa matriz curricular, impôs, na verdade. Ele não discutiu com a comunidade escolar, não discutiu com o sindicato, houve crítica e agora está um problemão. Como é que o Prefeito vai resolver isso e os demais Prefeitos vão resolver isso? Está complicado e precisa de solução. Outro problema também, Deputado Adelino – já vou ceder o aparte para Vossa Excelência – os alunos têm que levantar muito cedo. Há lugar que é às 4 horas da manhã, a criança tem que levantar, porque ela

vai com o aluno do ensino médio. Levantar às 4, 5 horas da manhã e voltar para casa no meio da tarde. Não tem como aprender desse jeito. Estão sacrificando os nossos estudantes. É preciso solução. Não dá para sentar a uma mesa aqui, em uma sala longe do povo do Paraná e tomar uma decisão desse jeito, prejudicando os nossos estudantes... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Deputado Adelino Ribeiro.

Deputado Adelino Ribeiro (PATRIOTA): Comungo com a ideia, Professor Lemos, que é preciso ter ação. Não tenho dúvida nenhuma de que o Governo do Estado vai fazer uma ação, que realmente compete ao Governo do Estado. Sei que essa mudança traz transtorno. Temos recebido diversas ligações, principalmente, de Cascavel. Uma região que somos moradores de lá e sabemos que tem atingido as crianças do campo. Precisa ser resolvido isso? Precisa. Mas estamos com o Governo, com a Secretaria do Estado, tentando uma forma de fazer com que o Governo também participe. Falei com o Prefeito Paranhos na segunda-feira sobre esse caso. Esperamos que nos próximos dias tenhamos a solução. Acho que a melhor parte, nessa volta dos alunos à escola, é ter um transporte com responsabilidade. Nisso, o Governo do Estado estará fazendo a sua parte.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Então, queremos que de fato seja resolvido, porque o problema se estende para todos os municípios do Estado do Paraná e precisa de solução urgente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD) Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (52 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Francisco Bührer (PSD) e Nereu Moura (MDB) (2 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 32/2022**, dos Deputados Bazana, Luiz Claudio Romanelli, Ademar Traiano e Gilson de Souza, que cria o Projeto Inclusão, visando à disponibilização de vagas para pessoas com deficiência no quadro de servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 33/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que autoriza o transporte de animais domésticos no serviço de transporte coletivo de passageiros no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 34/2022**, da Comissão

Executiva, que concede revisão geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como aos inativos e pensionistas.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Solicito à Liderança do PSD e à Liderança do PSB para que façam a indicação, até segunda-feira, do membro que participará da Comissão Especial para a PEC que trata da língua espanhola. Caso contrário, esta Presidência fará a indicação.

DEPUTADO GALO (PODE): Questão de ordem, Sr. Presidente. Desculpe, Presidente Traiano, mas o senhor poderia repetir, porque neste momento o Hussein estava falando, estava ouvindo o Hussein e o Hussein acabou atrapalhando a sua fala. Se o senhor puder, por gentileza!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pegaram-me para Cristo hoje. É o dia!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): É PSD e PSB. Vamos à Ordem do Dia.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 173/2021, de autoria do Deputado Requião Filho, que institui a Semana da Literatura Paranaense no âmbito dos colégios paranaenses públicos e privados. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Educação. Substitutivo Geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante Projeto, que valoriza a nossa literatura, o Deputado Requião tem o nosso apoio. Voto “sim”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão, Delegado Fernando Martins, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Nelson Justus, Reichembach e Requião. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Del. Fernando Martins, Francisco Buhrer, Luiz Fernando Guerra, Nelson Luersen, Nereu Moura, Reichembach e Requião Filho (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 740/2021, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus, de nome fantasia Humanitas de São Francisco na Providência de Deus, com sede no município de São Jerônimo da Serra. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): *Pela ordem*, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Gostaria de solicitar de V.Ex.^a a confirmação, tendo em vista a necessidade de aprovar o Projeto em relação ao pagamento dos policiais penais, V.Ex.^a marcou uma Extraordinária para logo mais hoje?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Exatamente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Então, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): E vamos marcar uma Extraordinária para segunda-feira também.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado. É importante para atender a essa classe que inclusive está aqui representada. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Francisco Buhrer, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Nereu Moura, Requião Filho e Rodrigo Estacho (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 740/2021.**

ITEM 3 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 697/2021, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Mallet

Esporte Clube, com sede no município de Mallet. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Francisco Buhrer, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura e Requião Filho (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei nº 697/2021.**

ITEM 4 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei nº 19/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 2/2022, que altera a Lei nº 19935, de 24 de setembro de 2019, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. Regime de Urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ao mesmo tempo em que agradeço a colaboração de todos, peço o voto “sim”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Francisco Buhrer, Luiz Claudio Romanelli e Nereu Moura (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 19/2022.**

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 2/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referentes ao mês de maio de 2021. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas

Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Francisco Buhrer, Gugu Bueno, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura e Reichembach (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Resolução n.º 2/2022.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Temos dois **Requerimentos** aqui, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e da Deputada Mabel: **Requerimento n.º 181/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo informações sobre condições das unidades prisionais no Paraná; e **Requerimento n.º 184/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo informações acerca da adoção de critérios que impeçam competição desleal por alunos entre as instituições da rede pública de ensino estadual.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, vou falar 30 segundos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ambos foram convertidos em envio de expediente. Aqui quero deixar a todos os colegas que vou fazer uma força-tarefa agora com a minha equipe, inclusive vou adiar a minha ida ao interior, no sentido de quem possam ter os seus requerimentos respondidos. Vossa Excelência

mesmo disse que eles não têm prazo regimental, mas temos o respeito, acho que o Parlamentar merece esse respeito. E, assim, as falhas acontecem, o Juarez Vilela, que faz um belo trabalho, sabe a quantidade enorme que tivemos e vamos responder a todos. Então, assumo aqui, Sr. Presidente, esse compromisso de fazer essa força-tarefa e todos terão essas respostas. Agora, só quero deixar claro, muitos, vários, uma quantidade enorme foi respondida! É evidente que no meio desses alguns passam e vamos cobrar esses porque é nossa obrigação. Fica o meu compromisso e aprovo os dois requerimentos aqui. Agradeço a confiança da Deputada Mabel e do Deputado Veneri e sempre que possível vou fazer de tudo para responder.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Devidamente explicado, Deputado, até porque só nesta semana houve a resposta de 125 Requerimentos. Sei que realmente o volume é muito grande! **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Pela ordem, Deputada Mabel, por favor.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Presidente, só gostaria de constar que eles não têm prazo porque na verdade foram transformados, foram protocolados como pedidos de informação, mas, em comum acordo com a Liderança, foram transformados em expediente, mas com esse compromisso de serem respondidos. Diante desse compromisso é que faço as cobranças, porque de fato alguns já têm realmente algum tempo tramitando pelas respostas. Sei que há um esforço da Liderança em respondê-los, mas acho que a cobrança é justamente para as Secretarias e órgãos que acabam às vezes “sentando em cima” dos Requerimentos e não mandam as respostas para esta Casa. Era só isso que queria deixar claro também. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vossa Excelência tem razão, Deputada, mas acredito que o voto de confiança dado ao Líder vai agilizar na resposta.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 183/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, encaminhando voto de pesar à família pelo falecimento de Paulo Roberto Ribeiro Diniz; **Requerimento n.º 185/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo providências urgentes para a realização da Patrulha Escolar, no município de Ribeirão Claro; **Requerimento n.º 188/2022**, do Deputado Anibelli Neto, encaminhando voto de pesar à família pelo falecimento do Wanderley Lemos de Carvalho; **Requerimento n.º 189/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo esclarecimentos acerca da majoração dos valores pactuados no Contrato n.º 091/2020, destinados à Universidade Federal do Paraná, via Funpar, para execução do Concurso Público para provimentos dos cargos de Soldados Policiais e Bombeiros Militares para a Polícia Militar do Paraná; **Requerimento n.º 190/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, requerendo que o Estado do Paraná seja adepto do Movimento “Brasil sem gaiolas” do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e considere a adequação dos processos de licitação e de compras do produto ovo, sendo ele inteiro, líquido ou ingrediente e derivados, provenientes de produtores que utilizam do sistema livre de gaiolas.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Requerimento n.º 187/2022, do Deputado Paulo Litro, solicitando autorização para se ausentar do País no período de 20 de fevereiro a 6 de março de 2022, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º**

182/2022, do Deputado Artagão Junior, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 14 de fevereiro de 2022; e **Requerimento n.º 186/2022**, do Deputado Nelson Justus, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de fevereiro de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando: uma **Sessão Extraordinária** na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia**: 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 19/2022; uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 21 de fevereiro de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 415/2020, 170/2021 e 462/2021; 3.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 173/2021 e 19/2022; e 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 697/2021 e do Projeto de Resolução n.º 2/2022; e uma **Sessão Extraordinária** na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final do Projeto de Lei n.º 19/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h00, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)